

Opinião Econômica

Economia - Brasil O desregramento

Reunidos, ontem, no Rio, a indústria e o comércio do Brasil voltaram a soltar os cãichorros da ira nos calcanhares do sistema financeiro, com seu desregramento aparentemente irreversível — até prova em contrário.

Os homens da produção de bens e serviços, sustentadores do emprego em regime de recessão, exigem a cabeça da massa cigana dos juros patogênicos, causadores de inflação numa ponta e de recessão na outra.

Terça-feira, em Brasília, os empresários vão depositar novo memorial sobre o assunto na mesa de reflexão (e de decisão) do presidente Aureliano Chaves. Certamente, o presidente em seu exercício remeterá o abacaxi para a autoridade econômica, com a observação de próprio punho, no frontispício:

“É possível suportar isso?”

Já vimos esse filme.

A espasmódica política de ajustamento da economia brasileira ao desastre do modelo da intemperança econômica (patrocinada pela imunidade orçamentária e pela impunidade administrativa) vai contemplando todos os compartimentos do sistema, menos o setor financeiro. Ou mais precisamente: o custo exorbitante do dinheiro.

A política salarial sofreu três cirurgias sem anestesia em apenas meio ano. A política cambial — a preços de todos os preços do universo econômico — experimenta sua quarta mudança desde dezembro. A política fiscal troca de curso e de fluxo uma vez por semana. A política orçamentária (epicentro do terremoto brasileiro) prossegue no velho estilo das contas em aberto...

Certo. O juro é a bolinha de mercúrio do termômetro da economia. Acontece que no Brasil dos últimos cinco anos, o juro anda voando com as próprias asas, alimentado por uma vasta especulação financeira que Aristóteles condenou (bem antes da oficialização da usura): “Pecunia non part pecuniam”.

Transformado em fim em si mesmo, o sistema financeiro fez do juro, preço do aluguel do dinheiro, uma mercadoria com vida própria. Mercadoria mágica: dinheiro dando cria de dinheiro, sem necessidade de realização produto ou de sustentar o emprego.

Ontem, na Associação Comercial do Rio de Janeiro, os empresários se perguntaram:

— Podemos continuar trabalhando, produzindo, comprando, vendendo e empregando ou devemos desativar o negócio e movimentar o capital desmobilizado no sistema financeiro, máximo de lucro com o mínimo de risco e zero de trabalho?

Dúvida pertinente. Algumas empresas publicam balanço com vergonha na cara: o lucro financeiro com aplicações em papel compensa o prejuízo operacional com o ativo em produção. É um prejuízo amarrado em duas estacas: a do custo financeiro do crédito destemperado e a da ruptura do regime de repasse do custo para o preço.

Simplesmente, o consumidor deixou de consumir, interrompendo o repasse da alta. E com algumas empresas obrigando-se a uma tática de “Kamikaze” econômico: a elevação suicida do preço na cobertura da retração da venda, empresa tentando lucrar muito sobre pouco na impossibilidade de ganhar pouco sobre muito.

Do presidente Aureliano Chaves, as entidades nacionais do comércio e da indústria querem apenas uma definição, para não dizer uma promessa: quando é que vai sair alguma coisa parecida com um bojudo “pacote financeiro”, entendido como realinhamento completo do sistema bancário e não-bancário, com a competente amarração de todas as pontas soltas do mercado?

Sem essa reorganização geral do regime de intermediação da poupança de aluguel, o Brasil acabará soterrado pelos escombros da economia de papel.

O dinheiro sem trabalho é o mais arisco dos animais. Ele não tem compromisso com a sociedade, não aposta nos belos olhos do Brasil, não se obriga a assumir qualquer função social.

Tabelar seu preço nas pontas da captação e da aplicação, em todos os segmentos do mercado, é enjaular um animal que não pode ser enjaulado: ele escapa pelo porão da “taxa por fora” ou foge pelo teto do mercado paralelo. No caso brasileiro, o paralelo do dólar, que calibra a cotação de uma nova opção de entesouramento improdutivo — o lingote de ouro no mercado físico inaugurado na semana passada.

Outro dia, a autoridade monetária, empenhada em desviar politicamente o impacto do arrocho salarial, ousou brincar de tabelamento do juro na ponta da aplicação bancária em capital de giro, sem se dar ao luxo de realinhar a taxa na ponta da captação do recurso tomador pagando 5% poupadão ganhando 11 por cento.

A heresia técnica da medida só tem justificativa no ardil político encampado pelos jornais com a manchete de difusão do Decreto-lei 2.054:

“Governo arrocha salário e rebaixa juro”.

Nos últimos dez dias de perplexidade nacional, os empresários descobriram que o crédito mais caro do mundo é o que deixa de existir. Há exatamente uma semana, a maioria das empresas estava simplesmente sem caixa para pagar encargos sem multa e bancar a folha de pagamentos — de resto, já em atraso.

O Banco do Brasil, de Cabresto Curto, teve de sair às ruas feito ambulância de pronto-socorro, recolhendo os feridos e os desmaiados de uma sexta-feira negra que deve entrar na literatura econômica como a do dia do lockout bancário, primeiro grande ensaio da concordata coletiva, em cascata.

A coisa ficou na cascata de um arranjo político, o do tabelamento impraticável do juro, para amaciá-lo e trancá-lo achatamento sumário do salário tabelado.

O feito foi tão maquiavélico que a frente ampla da indústria e do comércio, que exigia o tabelamento dos juros em praça pública, desde meados do ano passado, foi a primeira a pedir a revogação da medida...

De novo, a tática do bode russo.

Agora, retirando o bode, os inquilinos da prisão financeira voltam a pagar pelo crédito a taxa que lhes for cobrada. O importante é ter crédito, diria o Brasil nos pés do FMI.

Quanto aos juros subversivos, o terror começa pela existência de um ativo de quase Cr\$ 8 trilhões em ORTNs que remuneram o poupadão patriota com correção cambial de 236% ao ano.

Essa dívida pública, girada em cruzeiro, é mais desastrosa que a do endividamento externo (ainda politicamente negociável). Ela está provocando o derrame cerebral do organismo econômico.

Joelmir Beting